

JOSÉ ELI DA VEIGA

Há muitas visões diferentes sobre a globalização. Mas nenhuma delas contesta que a crescente interdependência econômica mundial está alterando de forma acelerada as regras do jogo internacional. O desenvolvimento depende cada vez mais da disputa global por investimentos e mercados, obrigando assim cada país a melhorar sua inserção na economia internacional. É preciso gerar poder econômico para conseguir resultados positivos em negociações que se tornam cada vez mais duras e cada vez mais distantes das regras de "não-reciprocidade". Nesse contexto, nada poderia ser mais desastroso do que desguarnecer o Estado. Ele precisa ser reforçado para que possa ampliar a margem de opção sobre as oportunidades que o sistema internacional oferece, diminuindo as vulnerabilidades diante de problemas concretos. E o governo precisa agir com cuidado redobrado e sem complacência ou inércia no setor externo. Não deve reagir a eventos, mas preveni-los. Deve adotar medidas de caráter preventivo após análise cuidadosa das alternativas existentes.

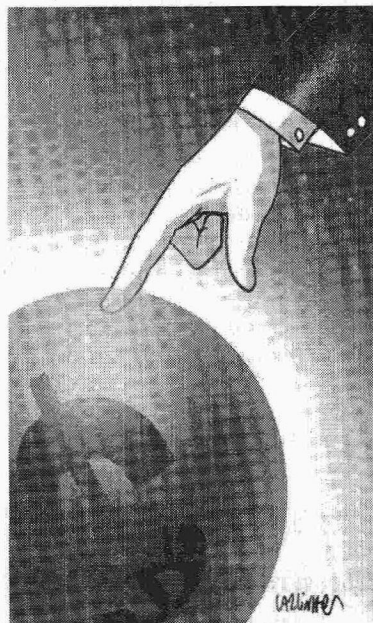
As idéias resumidas no parágrafo anterior são uma síntese da tese defendida pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso em conferência pronunciada em Washington no início de maio de 1995. Tese que havia sido pouco antes contrariada por ele mesmo, segundo o artigo publicado no *Estado* de 21/01, pelo economista Persio Arida. A vitória da proposta de seu colega

Gustavo Franco que levou a uma fragilidade externa crescente, com final idêntico a tantos outros, ocorreu três meses antes da referida conferência, que não havia sido um mero pronunciamento de rotina. Tanto é que logo depois foi publicada no número 60 da *Revista de Economia Política*, com um belíssimo título: "Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos".

Essa nítida inconsistência entre uma das principais decisões políticas do presidente e o que pareciam ser suas convicções sobre o processo de desenvolvimento foi amplamente confirmada um ano depois, quando se soube que ficara embasbacado com a leitura do texto intitulado "A inserção externa e o desenvolvimento", no qual o então diretor de assuntos internacionais do Banco Central procurava negar a sobrevalorização da moeda nacional em relação ao dólar. Muitos ainda devem lembrar daquela gracinha sobre uma supersafra de banana ser incapaz de provocar "defasagem bananal".

A explicação mais em voga sobre essa ambivalência que fez o presidente deixar de lado as idéias que defendera em Washington, adotando uma "complacência e inércia no setor externo"

que "desguarneceu" o Estado, baseia-se essencialmente na propensão ao oportunismo político intrínseca ao projeto de reeleição. Para evitar o efeito inflacionário embutido na proposta do então presidente do Banco Central, Persio Arida, sobre a adoção de uma banda larga como transição ao câmbio inteiramente flutuante, o presidente teria feito uma op-



ção político-eleitoral que contrariava o diagnóstico de uma ala governamental mais "desenvolvimentista", simbolizada pelos irmãos Mendonça de Barros. Segundo essa versão, após análise cuidadosa da alternativa, o presidente teria conscientemente preferido assumir o risco oferecido por Franco, em vez da cautela preventiva proposta por Arida.

A parte mais nebulosa dessa interpretação refere-se ao comportamento dessa tal ala que teria alertado o presidente sobre os riscos que o Brasil correria se as críticas à sua política cambial continuassem a ser ignoradas. Críticas que, aliás, não partiam apenas de economistas de oposição, mas também de insuspeitos pesquisadores especializados em economia internacional, como, por exemplo, o saudoso colega Alvaro Zini, da USP, vilipendiado em entrevistas de Gustavo Franco.

Uma hipótese que as evidências disponíveis não permitem afastar sugere que o presidente pode não ter sido devidamente alertado para a gravidade dos

riscos que estava assumindo ao trocar suas convicções expostas na conferência de Washington por uma adesão oportunista à âncora cambial com realtão valorizado. Há claros indícios de que a tal ala mais favorável ao crescimento econômico também se tenha deixado influenciar pela "revolução copérnica" que, segundo o presidente, estaria presente nas idéias de Gustavo Franco.

Um exemplo é o artigo do economista José Roberto Mendonça de Barros, intitulado "O Plano Real, dois anos depois" (*Gazeta Mercantil*, 17/06/96), no qual negava a existência de valorização cambial. Dizia que a transformação da economia brasileira estava sendo tão profunda que exigia um pouco mais de sofisticação na discussão da política cambial. Principalmente porque diversos setores da economia estariam obtendo substanciais ganhos de produtividade. Além disso, o controle do processo inflacionário e a confiança na irreversibilidade das mudanças estruturais estariam começando a garantir um horizonte de médio e longo prazos fundamentais para as decisões de investimento. "Juntos o processo de reestruturação industrial e o de redução do 'Custo Brasil', já estão resultando, dependendo do setor, em importantes reduções de custo que tornam a discussão do atraso cambial, na forma como vem sendo encaminhada, uma falsa discussão."

Se em junho de 1996 achavam que era uma falsa discussão, o que terão dito ao presidente quinze meses antes, em março de 1995?

■ José Eli da Veiga é professor-titular do Departamento de Economia da FEA/USP e organizador do livro *Ciência Ambiental* (Fapesp/Annablume, 1998)
E-mail: zeeli@usp.br